



ACÓRDÃO Nº93/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11397/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Humaitá
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Responsável:** Raimundo Santos Cruz (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4626/2018-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Humaitá. Exercício de 2015.

Irregularidade. Alcance. Multa. Recomendação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Humaitá, referente ao exercício de 2015, tendo como responsável o Sr. Raimundo Santos Cruz, Presidente daquela Casa e Ordenador de Despesas nos termos do art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96 c/c o art. 11, inciso III, alínea "a", item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em razão das falhas supracitadas;
- 10.2. **Considerar em Alcance o Sr. Raimundo Santos Cruz**, Presidente da Câmara Municipal de Humaitá e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 78.228,00** (setenta e oito mil, duzentos e vinte e oito reais), considerando que não consta nos autos documentos referentes ao controle dos gastos com combustível, deixando o gestor de demonstrar o bom e regular uso do dinheiro público, nos termos do art. 304, I, da Resolução nº 04/02-TCE/AM, item 13, da fundamentação do Voto e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do alcance/glosa, na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Humaitá;



ACÓRDÃO Nº93/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 10.3. Considerar em Alcance o Sr. Raimundo Santos Cruz**, Presidente da Câmara Municipal de Humaitá e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 748,47** (setecentos e quarenta e oito reais e quarenta e sete centavos), pela ausência de justificativa para o recolhimento da contribuição patronal da competência junho/2015, repassada a menor, nos termos do art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, item 26, da fundamentação do Voto e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do alcance/glosa, na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Humaitá;
- 10.4. Considerar em Alcance o Sr. Raimundo Santos Cruz**, Presidente da Câmara Municipal de Humaitá e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 204.200,00** (duzentos e quatro mil e duzentos reais), pela não comprovação dos deslocamentos, nos termos do art. 304, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, itens 27 e 28, da fundamentação do Voto e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do alcance/glosa, na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Humaitá;
- 10.5. Aplicar Multa ao Sr. Raimundo Santos Cruz**, Presidente da Câmara Municipal de Humaitá e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 1.706,80** (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), conforme art. 54, I, “c”, da Lei nº 2.423/96-TCE/AM, alterada pela Lei Complementar nº 204/2020-TCE/AM c/c art. 308, inciso I, “c”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, pelo atraso na entrega do Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 1º quadrimestre/2015, item 15, da fundamentação e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção



ACÓRDÃO Nº93/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Amazonas_ IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.6. Aplicar Multa ao Sr. Raimundo Santos Cruz**, Presidente da Câmara Municipal de Humaitá e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 68.271,96** (sessenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos), conforme os termos do art. 54, VI, da Lei nº 2.423/96, alterada pela Lei Complementar nº 204/2020-TCE/AM c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, constantes dos itens 11, 12, 14, 16, 17, 18, 19, 20.a, 20.b, 20.c, 20.d, 21, 22.a, 22.b, 22.c, 22.d, 23 e 25, da fundamentação do Voto e fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DEREDE autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;
- 10.7. Aplicar Multa ao Sr. Raimundo Santos Cruz**, Presidente da Câmara Municipal de Humaitá e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 34.135,98** (trinta e quatro mil, cento e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos), conforme os termos do art. 54, V, da Lei nº 2.423/96, alterada pela Lei Complementar nº 204/2020-TCE/AM c/c art. 308, inciso V, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução nº 04/2018-TCE/AM, por atos de gestão ilegítimo e antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário, constantes dos itens 13, 26, 27 e 28, da fundamentação do Voto e fixar **prazo de 30 dias** para que



ACÓRDÃO Nº93/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

o responsável recolha o valor da multa, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.8. Recomendar** à Câmara Municipal de Humaitá que mantenha o Portal da Transparência atualizado, item 16 da fundamentação do Voto;
- 10.9. Recomendar** à Câmara Municipal de Humaitá que tome as providências devidas no sentido de efetuar a imediata devolução dos recursos descontados a maior da contribuição do servidor José do Rosário C. da Costa, referente à competência junho/2015, conforme disposição do art. 8º, § 3º, e art. 222, ambos da Lei Municipal nº 652/2013; art. 2º da Lei Municipal nº 682/2015; art. 4º, §1º da Lei Federal nº 10.887/2004; art. 4º, §1º da Portaria MPS nº 402/2008 e art. 29 da Orientação Normativa MPS nº 02/2009, item 23 da fundamentação do Voto;
- 10.10 Recomendar** à Câmara Municipal de Humaitá que aja de modo transparente e firme no controle das diárias que concede aos servidores, itens 27 e 28 da fundamentação do Voto;
- 10.11 Determinar** à próxima Comissão de Inspeção que fiscalize o cumprimento da recomendação contida no item 23, da fundamentação do Voto;



ACÓRDÃO Nº93/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.12 Determinar à próxima Comissão de Inspeção que verifique *in loco* os nomes dos servidores beneficiados pelo crédito (restituição dos valores descontados indevidamente), conforme lista disposta às fls. 1439, item 24 da fundamentação do Voto.

11- Ata: 5ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 15 de Fevereiro de 2022

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente– não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr.João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral